



Município de Volta Redonda
Serviço Autônomo de Água e Esgoto

DESPACHO

TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE UNIFORMES

Repetição do certame **FRACASSADA** referente à SCS 068823 PE 90007/2026

PROC. VR – 30.022.00000011/2026

1. OBJETIVO

Este Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de higienização de uniformes e materiais utilizados pelos servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda – SAAE-VR, expostos permanentemente a risco biológico, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar – ETP e com a Lei nº 14.133/2021.

A contratação visa atender ao TAC nº 46/2015 do Ministério Público do Trabalho, à Lei Municipal nº 5.732/2010, à NR-06 (item 6.3) e, por analogia, à NR-32 (item 32.2.4.6.4), promovendo a proteção da saúde do trabalhador, a mitigação dos riscos de contaminação e a segurança sanitária dos servidores e de seus familiares.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação observa, especialmente, os seguintes dispositivos da Lei nº 14.133/2021:

- Art. 11 – Princípios aplicáveis às contratações públicas;
- Art. 18 – Planejamento da contratação e ETP;
- Art. 22 – Fase preparatória;
- Art. 40 – Termo de Referência;
- Art. 92 e seguintes – Execução contratual;
- Art. 117 – Gestão e fiscalização do contrato;
- Art. 124 – Reequilíbrio econômico-financeiro;
- Art. 156 – Sanções administrativas.

3. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de higienização, lavagem, desinfecção, secagem, passagem, acondicionamento, retirada e entrega de uniformes e materiais utilizados pelos servidores do SAAE-VR, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de cumprimento das obrigações legais e trabalhistas relativas à saúde e segurança do trabalho, bem como pela mitigação dos riscos biológicos decorrentes das atividades exercidas pelos servidores do SAAE-VR.

A ausência do serviço adequado de higienização pode ocasionar contaminação cruzada, adoecimento dos trabalhadores e de seus familiares, além de responsabilização administrativa e judicial da Administração.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de empresa com infraestrutura de lavanderia industrial, apta a realizar o processamento completo das roupas e materiais contaminados, assegurando qualidade sanitária, rastreabilidade, continuidade do serviço e atendimento às normas da ANVISA e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO CATMAT
01	CALÇA	Tecido	UN	18473
02	MACACÃO DE SANEAMENTO	Plástico	UN	18473
03	CAMISA	Tecido	UN	18473
04	BANDEIRA	Tecido	UN	18473
05	CAPA PARA SOFÁ	Tecido	UN	18473
06	CINTO DE SEGURANÇA	Couro e nylon	UN	18473
07	CORDA	Tecido	UN	18473
08	CALÇADO DE SEGURANÇA	Couro	UN	18473

7. QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO

Os quantitativos estimados baseiam-se no número de servidores expostos a risco biológico e na necessidade contínua de higienização, podendo variar conforme a demanda mensal, caracterizando-se como serviço contínuo com consumo estimado.

ITEM	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	QUANTITATIVO
------	-----------	------------	-------------------	------------	--------------

01	CALÇA	Tecido	UN	5.000	CONFORME DEMANDA MENSAL
0	MACACÃO DE SANEAMENTO	Plástico	UN	50	CONFORME DEMANDA MENSAL
03	CAMISA	Tecido	UN	5.000	CONFORME DEMANDA MENSAL
04	BANDEIRA	Tecido	UN	20	CONFORME DEMANDA MENSAL
05	CAPA DE SOFÁ	Tecido	UN	20	CONFORME DEMANDA MENSAL
06	CINTO DE SEGURANÇA	Couro e nylon	UN	20	CONFORME DEMANDA MENSAL
07	CORDA	Tecido	UN	20	CONFORME DEMANDA MENSAL
08	CALÇADO DE SEGURANÇA	Couro	UN	20	CONFORME DEMANDA MENSAL

8. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL

Considerando tratar-se de **serviço contínuo e essencial**, o contrato terá vigência inicial de **até 60 (sessenta) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.

9. PREÇO ESTIMADO E FORMA DE EMPENHO

O valor estimado da contratação será definido a partir da pesquisa de preços e consolidado no edital, sendo adotado o regime de empenho por estimativa, em razão da natureza contínua e variável do consumo.

10. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto, em razão da natureza contínua e sanitariamente sensível dos serviços de higienização de uniformes e materiais potencialmente contaminados por agentes biológicos. A execução integral por uma única empresa assegura padronização dos procedimentos, controle sanitário, rastreabilidade, responsabilidade técnica direta e maior efetividade da fiscalização, reduzindo riscos à saúde dos servidores e garantindo a continuidade e a qualidade do serviço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

11.1 Será admitida a participação de cooperativa de trabalho na licitação, quando esta caracterizada, evidenciar as seguintes condições:

11.1.1 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

11.1.2 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

11.1.3 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

11.1.4 O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

11.2 Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

11.2.1 fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados;

11.2.2 ou cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

11.3 Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no Edital licitatório.

11.4 A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

11.5 Benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos às cooperativas, quando elas atenderem ao disposto no art. 3º, § 4º, inc. VI, e art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007. Haverá reserva de cota para micro ou pequenas empresas, de acordo com a Lei nº 123/2006.

11.6 Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade e grande vulto financeiro.

12. LOCAL DE ENTREGA / RETIRADA

12.1. A entrega será na Rua 19- D s/n – Bairro Bela Vista Volta Redonda / RJ CEP: 27.262-370. Pátio de obras SAAE Bela Vista no andar superior e deve ser feita por funcionários da CONTRATADA devidamente treinados e uniformizados. CNPJ: 32.504.76/0001-87 – Telefone de Contato: 33442970 – Email: paredes@saaevr.com.br sob responsabilidade da Gerência Administrativa - GAD.

12.2. A entrega será por conta da contratada, além de se responsabilizar em adotar todas as medidas de segurança, visando evitar a concorrência de danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, ficando responsável pelas

consequências originadas de acidentes ou ocorrências que se verificarem por culpa ou dolo de seus prepostos.

12.3. Caberá à contratada arcar com os custos do transporte, descarregamento e entrega no endereço citado.

13. RETIRADA / ENTREGA DO MATERIAL

13.1. A periodicidade de retirada da roupa deverá ser conforme estabelecida no item **ANEXO B**, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas inclusive aos domingos e feriados.

13.2. A periodicidade de entrega da roupa deverá ser conforme estabelecida no item **ANEXO B**, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas inclusive aos domingos e feriados.

13.3. As peças de uniforme entregues pela CONTRATADA como limpas, mas que forem identificadas pela CONTRATANTE, com manchas ou sujidade apresentando qualidade insatisfatória, de acordo com seu critério, será reenviada a CONTRATADA, para que seja feito um novo processo de lavagem ou remoção de manchas, sem ônus para a CONTRATANTE.

13.4. Ficará sob responsabilidade da CONTRATADA, devolver as roupas devidamente limpas de acordo com as quantidades de roupas sujas retiradas.

13.5. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega das peças de roupa, em veículo adequado devidamente adaptado à natureza da carga. O veículo deve estar devidamente higienizado para evitar a contaminação da roupa limpa, em conformidade com a legislação vigente.

13.6. A CONTRATADA deverá entregar as roupas devidamente passadas, dobradas, separadas e embaladas em embalagem plástica, resistente e transparente. A não entrega das roupas na forma estabelecida, caracterizará na inexecução do contrato resultante desta licitação, sujeitando a CONTRATANTE a aplicação das sanções administrativas previstas no edital e na legislação que rege a matéria.

13.7. O processamento das roupas contaminadas por agentes biológicos abrange todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso:

- I. Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade;
- II. Separação e retirada da roupa suja;
- III. Transporte da roupa suja para as dependências da CONTRATADA em carro apropriado;
- IV. Recebimento e acondicionamento da roupa suja na lavanderia da CONTRATADA;
- V. Lavagem da roupa suja;
- VI. Secagem e calandragem da roupa limpa;
- VII. Separação e embalagem da roupa limpa em saco plástico transparente;
- VIII. Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia para o SAAE Bela Vista.

13.8. O processamento de lavagem e higienização de macacão de saneamento, capa de sofá, bolsas térmicas, corda, calçados, colete, bandeira e cinto de segurança, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso consiste em:

- I. entrega e retirada dos mesmos pela CONTRATADA no endereço da CONTRATANTE.
- II. lavagem, higienização dos mesmos pela CONTRATADA.

14. DETALHAMENTO DAS ETAPAS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

Serão executados de forma plena e cabal todos os serviços em objeto, obedecendo às normas constantes do Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos. ANVISA –Agência Nacional de Vigilância Sanitária –2007.

CONTRATADA deverá possuir lavanderia industrial (lavadora extratora, secadoras, mesa de passar) própria para processamento da roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade (desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

A Prestação de Serviços de Lavanderia realizar-se-á mediante a utilização das dependências da CONTRATADA, onde a roupa será processada.

14.1. Retirada da roupa suja

- a) A CONTRATADA deverá efetuar retirada da roupa suja conforme estabelecido no item 13.1 e no **ANEXO B**.
- b) A retirada de roupa suja na dependência do SAAE deverá ser feita por funcionários da CONTRATADA, devidamente treinados, uniformizados, e equipados com os devidos EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, determinados pela legislação vigente.
- c) A roupa suja deve ser manuseada, com um mínimo de agitação possível, para diminuir a contaminação dos profissionais e do ar. Além disto, para evitar acidentes com objetos perfurocortantes, inadvertidamente deixados entre as roupas sujas.
- d) O controle da roupa suja será efetuado pelo (s) funcionário (s) designado (s) pela CONTRATANTE, em conjunto com o (s) funcionário (s) designado (s) pela CONTRATADA. A roupa suja deverá ser contada por funcionário (s) da CONTRATADA na presença do (s) funcionário (s) da CONTRATANTE.

13.1.1 Deverá ser elaborado um relatório, pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE, emitido em 02 (duas) vias, informando: a quantidade de peças e tipo de roupa suja retirada, de material a ser higienizados, data e horário da coleta e nome legível do (s) funcionário (s), conferidas e assinadas por funcionários responsáveis pela CONTRATADA e CONTRATANTE. Uma das vias deverá ficar com o responsável pela CONTRATANTE e outra com o da CONTRATADA.

14.2 Transporte da roupa suja para as dependências da contratada

14.2.1. O transporte da roupa suja, das dependências da CONTRATANTE até as dependências da CONTRATADA, deverá ser feito por veículo adequado, devidamente adaptado à natureza da carga.

14.3 Lavagem das roupas

14.3.1. A unidade de processamento de roupas da contratada deverá estar de acordo ao controle sanitário pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) conforme definido na Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, tendo em vista os riscos à saúde dos usuários, trabalhadores e meio ambiente relacionados aos materiais, processos, insumos e tecnologias utilizadas. O estabelecimento deverá estar com o alvará sanitário/licença de funcionamento emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal.

14.3.2. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem utilizados, sempre que comprovadamente se fizer necessário, sem ônus para a CONTRATANTE.

14.3.3. Os custos advindos do consumo de produtos químicos e demais insumos do processo de lavagem são de responsabilidade da CONTRATADA.

14.3.4. As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente às instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado.

14.3.5. Um ciclo completo de lavagem de roupa com sujidade pesada deve incluir: umectação enxágue inicial, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, enxágues, acidulação e amaciamento.

14.4 Secagem e calandragem da roupa limpa

14.4.1. A roupa deverá ser seca com a utilização de equipamentos que melhor se adequam ao tipo de roupa e estrutura do tecido.

14.4.2. Toda roupa limpa deverá ser calandrada ou prensada a vapor.

14.5 Separação e embalagem da roupa limpa

14.5.1 Na etapa final do processamento das roupas, estas devem ser dobradas e embaladas em embalagem plástica, resistente, transparente, a fim de preservar a qualidade e higiene dos produtos entregues, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE;

14.5.2. As peças de roupas limpas devem ser embaladas separadas por tipo de peça – calça e camisa;

14.5.3. Os custos com as embalagens das roupas limpas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

14.6. Transporte da roupa limpa da lavanderia para a contratante

14.6.1. A roupa limpa deverá ser transportada, em veículo adequado, devidamente adaptado à natureza da carga. O veículo deve estar devidamente higienizado, para evitar a contaminação da roupa limpa, em conformidade com a legislação vigente.

14.6.2. A CONTRATADA deverá realizar desinfecção do veículo com agentes químicos recomendados pelo Ministério da Saúde - Portaria n.º 15 de 23/08/1998, diariamente ou mais vezes na presença de sujidades.

14.7. Entrega da roupa limpa

14.7.1. Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser contada as peças por tipo pelo funcionário da CONTRADA na presença de um funcionário designado pela contratante.

14.7.2. Deverá ser elaborado um relatório pela CONTRATADA, para o gestor do contrato emitido em 02 (duas) vias, informando: a quantidade de roupa limpa entregue discriminado por tipo e a quantidade de material entregue e nome legível dos funcionários, conferidas e assinadas pelos responsáveis pela CONTRATADA e CONTRATANTE. Uma das vias deverá ficar com o responsável pela CONTRATANTE e outra com o da CONTRATADA.

14.7.3. Caberá à CONTRATADA, quando na entrega de roupas, devolver as roupas e objetos de propriedade destas unidades, ou de servidores da mesma, que porventura forem misturados à roupa suja.

14.8. Controle de qualidade da roupa limpa entregue

14.8.1. Toda roupa que retornar da CONTRATADA, como limpa, mas que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória, deverá ser separada pela CONTRATANTE e reenviada para a CONTRATADA, devidamente identificada, para sofrer um novo processo de lavagem ou remoção de manchas, ou desinfecção, não havendo ônus para a CONTRATANTE.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. As licitantes deverão apresentar Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como boa e regular execução dos mesmos. Esse documento deverá ser emitido, em papel timbrado, pelo órgão público ou empresa privada que foi atendida.

Nota: Este documento deverá mencionar endereço, telefone das declarantes, e assinados por seus representantes devidamente identificado e autorizado para tal fim, reservando-se o direito da Comissão de Pregão de promover diligência para os esclarecimentos que julgar pertinentes.

15.2. As licitantes deverão apresentar **Licenciamento de Operação, Alvará Sanitário ou documento equivalente, válido e vigente**, expedido pelo **órgão ambiental e/ou sanitário competente**, em nome da empresa licitante, **compatível com a atividade de lavanderia industrial**, abrangendo o processamento de roupas e materiais potencialmente

contaminados por agentes biológicos.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem, sempre que se fizer necessário e sem ônus para a CONTRATANTE.

16.2. Cumprir rigorosamente os prazos e especificações de execução dos serviços previamente estabelecidos.

16.3. Os custos advindos do consumo de produtos químicos e demais insumos do processo de lavagem são de responsabilidade da CONTRATADA.

16.4. Possuir capacidade técnica operativa e profissional (equipe técnica) para o processamento das roupas contaminadas por esgoto, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

16.5. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas.

16.6. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

16.7. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's. A CONTRATADA se obriga a observar o uso de uniforme e equipamento de proteção individual e coletivo em todos os seus trabalhadores, conforme normas legais.

16.8. Submeter-se à fiscalização permanente da CONTRATADA, por parte dos executores do contrato, designados pela CONTRATANTE. Ficando reservado a CONTRATANTE o direito de visitas às dependências da CONTRATADA, para a supervisão, sempre que julgar necessário.

16.9. A CONTRATADA deverá reembolsar (ressarcir) o valor das peças que forem danificadas devido ao processo errôneo de higienização ou extravio das mesmas, após comprovado em apuração do ocorrido. O valor terá como base o de nota fiscal apresentado pela CONTRATANTE.

16.10. Disponibilizar carro para coleta e entrega dos uniformes e materiais.

17. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

17.1. Identificar as peças através de nome ou matrícula do servidor.

17.2. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados para tanto;

17.3. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas

obrigações estabelecidas neste contrato;

17.4. Disponibilizar área para retirada entrega e armazenamento dos uniformes e materiais a ser fornecido de acordo com a legislação aplicável vigente, conforme operacionalização abaixo:

17.4.1. O Setor de Rouparia do SAAE-VR funcionará no andar superior na sala de higienização do Distrito de Obras do Bela Vista.

17.5. Treinar e informar os nossos funcionários da importância da higienização e separação das roupas que tem contato com risco biológico com as roupas limpas de uso pessoal e uniformes. Além do cronograma para entrega e retirada das mesmas.

17.6. Determinar o reembolso do custo das roupas extraviadas, após o devido procedimento de apuração de responsabilidade;

17.7. Efetuar os pagamentos devidos, no prazo estabelecido no contrato.

18. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

18.1. Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal eletrônica, de acordo com a legislação vigente, correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA – SAAE-VR, CNPJ/MF nº 32.504.706/0001-87, situado à Av. Lucas Evangelista de Oliveira Franco, nº 643, Aterrado, Volta Redonda, RJ.

18.2. Os serviços serão recebidos pelo gestor/fiscal do contrato mediante planilha dos uniformes e/ou materiais higienizados. As Notas Fiscal/Fatura deverão ser recebidas somente pelo gestor/fiscal do contrato, mediante a posição de carimbo, no qual seja consignada a data do seu recebimento.

18.3. O pagamento deverá ser efetuado mensalmente à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias úteis, do mês subsequente, desde que haja à prestação de serviços, obedecendo ao quantitativo de uniforme e/ou materiais higienizados no mês da apresentação da nota fiscal/fatura, após a realização dos mesmos, de acordo com o valor fixo unitário registrado.

18.4. A NF deverá ser discriminada conforme especificado A e B (uniformes e materiais higienizados).

19. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando que a execução por uma única empresa assegura melhor integração operacional, economia de escala, padronização dos procedimentos e menor risco de descontinuidade do serviço, conforme demonstrado no ETP.

20. MAPA DE RISCO

Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação	Medidas de Mitigação
Risco químico (produtos de	Alta	Médio	Alto	- Utilização de EPIs adequados (luvas, óculos de

limpeza)				proteção)
				- Ventilação adequada durante o manuseio de produtos químicos
Risco biológico (contaminação)	Média	Alto	Médio	- Lavagem a temperaturas adequadas para eliminação de microrganismos
Risco físico (lesões)	Alta	Alto	Alta	- Treinamento em ergonomia para manejo correto durante lavagem

21. SUSTENTABILIDADE

21.1. A aquisição dos materiais deve observar princípios de sustentabilidade, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, abrangendo:

21.1.1 Eficiência no uso dos recursos naturais e materiais:

CALÇA	Utilização de produtos certificados com rótulos ambientais reconhecidos.
MACACÃO DE SANEAMENTO	Implementar sistemas de lavagem que economizem água, como máquinas de baixo consumo ou reuso de água de enxágue.
CAMISA	Optar por detergentes e produtos de limpeza que sejam biodegradáveis e tenham baixo impacto ambiental.
BANDEIRA	Promover a reciclagem de embalagens de produtos de limpeza e materiais descartáveis utilizados.
CAPA DE SOFÁ	Incentivar o uso responsável dos recursos e a minimização do desperdício.
CINTO DE SEGURANÇA	Programar horários de lavagem durante os períodos de menor demanda energética para reduzir o consumo de eletricidade.
CORDA	Implementar um sistema de separação e descarte adequado dos resíduos gerados durante o processo de higienização.
CALÇADO DE SEGURANÇA	Realizar manutenções periódicas nas máquinas de lavar e secar para garantir eficiência energética e prolongar a vida útil dos equipamentos.

21.1.2 Redução do impacto ambiental:

CALÇA	Considerar o uso de tecnologias como lavadoras de carga frontal, que tendem a usar menos água e energia em comparação com modelos de carga superior.
MACACÃO DE SANEAMENTO	Optar por detergentes e produtos de limpeza que sejam biodegradáveis, livres de fosfatos e com baixo impacto ambiental.
CAMISA	Investir em máquinas de lavar e secar que sejam energeticamente eficientes e que possuam programas de lavagem com baixo consumo de água.
BANDEIRA	Estabelecer um sistema de separação de resíduos para facilitar a reciclagem de embalagens de produtos de limpeza e materiais descartáveis utilizados durante o processo de higienização.
CAPA DE SOFÁ	Promover a reciclagem de materiais como plástico e papelão que possam ser descartados durante o processo.
CINTO DE SEGURANÇA	Preferir produtos certificados com rótulos ecológicos que atestem sua sustentabilidade.
CORDA	Realizar manutenções regulares para evitar vazamentos e garantir o uso eficiente da água.
CALÇADO DE SEGURANÇA	Implementar sistemas de reuso de água, como a captação da água de enxágue para uso em outras etapas do processo de lavagem.

21.1.3 Incentivo à utilização de materiais recicláveis e biodegradáveis:

CALÇA	Preferir produtos certificados com rótulos ambientais reconhecidos, que garantam sua sustentabilidade.
MACACÃO DE SANEAMENTO	Realizar treinamentos e campanhas educativas para sensibilizar os funcionários sobre a importância da utilização de materiais recicláveis e biodegradáveis.
CAMISA	Optar por detergentes e produtos de limpeza que sejam biodegradáveis e que não contenham substâncias prejudiciais ao meio ambiente, como fosfatos e cloro.
BANDEIRA	Inventivar a devolução dos itens para reaproveitamento de materiais.
CAPA DE SOFÁ	Garantir que os materiais sejam corretamente processados e reintroduzidos na cadeia produtiva.
CINTO DE SEGURANÇA	Incentivar práticas de consumo consciente e descarte responsável entre os colaboradores envolvidos na higienização dos uniformes e equipamentos.
CORDA	Realizar avaliações periódicas para identificar oportunidades de melhoria e ajustar as estratégias conforme necessário.
CALÇADO DE SEGURANÇA	Estabelecer indicadores de desempenho para monitorar o uso de materiais recicláveis e biodegradáveis ao longo do tempo.

21.1.4 Promoção de ações de responsabilidade social e ambiental

CALÇA	Incentivo a práticas de trabalho justo e condições seguras para os trabalhadores.
MACACÃO DE SANEAMENTO	Programas de reciclagem e redução de resíduos sólidos.
CAMISA	Parcerias com fornecedores comprometidos com práticas de responsabilidade social.
BANDEIRA	Estabelecer mecanismos para receber feedback e sugestões da comunidade e dos stakeholders sobre as práticas adotadas.

CAPA DE SOFÁ	Gerenciar de forma responsável os resíduos gerados durante a higienização, com programas de reciclagem e disposição adequada de produtos químicos e materiais descartáveis.
CINTO DE SEGURANÇA	Apoio a iniciativas de conservação ambiental e sustentabilidade.
CORDA	Certificar-se de que as práticas de higienização e tratamento dos uniformes respeitem os padrões éticos e de saúde ocupacional.
CALÇADO DE SEGURANÇA	Implementar medidas para reduzir o consumo de água e energia durante o processo de higienização, como a instalação de equipamentos eficientes e a otimização dos processos.

22. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Gestor: Andrea da Costa de Norões Milfont

Fiscal: Priscila Costa Aredes da Silva

Fiscal Substituto: Fernanda Hoth Pacheco

22.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

22.1.1 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando,

se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

22.1.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

22.1.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

22.1.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

22.1.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

22.1.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a

formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

22.2 O fiscal do contrato monitorará de perto a execução do mesmo, assegurando o cumprimento integral de todas as condições estipuladas, visando alcançar os melhores resultados para a Administração.

22.2.1 Durante o acompanhamento da execução do contrato, o fiscal registrará todas as ocorrências relevantes no histórico de gerenciamento, fornecendo descrições detalhadas para a correção de falhas ou defeitos identificados, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

22.2.2 Na identificação de inexatidões ou irregularidades, o fiscal técnico emitirá notificações, estabelecendo prazos para a devida correção da execução contratual. Caso surjam situações que ultrapassem a competência do fiscal, este informará prontamente ao gestor do contrato, possibilitando a adoção das medidas necessárias para sanar a questão.

22.2.3 Diante de ocorrências que possam comprometer a execução do contrato nos prazos estipulados, o fiscal comunicará imediatamente o gestor do contrato. Ao término do contrato sob sua responsabilidade, o fiscal notificará tempestivamente o gestor do contrato, visando à renovação ou prorrogação contratual, conforme necessário.

Volta Redonda, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Costa Aredes da Silva Correa, Supervisora**, em 11/05/2026, às 13:25, conforme Art. 14, do Decreto Municipal 18.101/2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://voltaredonda.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **01749395** e o código CRC **69049286**.

Referência: Processo nº VR-30.022-00000080/2026

SEI nº 01749395

Rua 19 D, s/n, - Bairro Bela Vista, Volta Redonda/RJ, CEP
Telefone: - www.saaevr.com.br